



FUNDAÇÃO DOM JAIME DE BARROS CÂMARA

A Fundação Dom Jaime de Barros Câmara tem por finalidade manter o Instituto Teológico de Santa Catarina / ITESC e o Seminário Filosófico de Santa Catarina / SEFISC em vista da formação de presbíteros e agentes de pastoral (leigos e religiosos).

Observando a legislação pertinente em vigor, a Fundação Dom Jaime de Barros Câmara leva em consideração a realidade social do povo catarinense e projetos alternativos de transformação social, bem como os objetivos, diretrizes e orientações da Igreja Católica e os planos da CNBB em nível nacional e regional.

O artigo expõe a situação atual, relativa à questão da terra, enfrentada pela maioria dos grupos Guarani que vivem nos estados do Sul. Com raras exceções, os Guarani vivem em terras que pertencem a outras etnias, como Kaingang e Xokleng, ou em terras públicas e privadas, ao longo da faixa litorânea entre os estados do Rio Grande do Sul e do Espírito Santo. Num primeiro momento, a autora mostra como os Guarani passaram da condição de etnia dominante a dominados e sem terra, e apresenta um quadro descritivo das áreas indígenas Guarani em Santa Catarina. Num segundo momento, estuda o conceito do território e da "territorialidade" Guarani e, por fim, aborda o caso particular dos Guarani de Araça'í, nos municípios de Cunha Porã e Saudades, no Oeste catarinense, que estão reivindicando suas terras de volta.

O desafio da territorialidade Guarani

Kymiye Tommasino

Professora aposentada da Universidade Estadual de Londrina, Paraná. Doutora em antropologia pela USP. Foi coordenadora do Grupo Técnico que realizou o laudo antropológico da Terra Indígena Guarani de Araça'í-SC.



Introdução

Este artigo tem como objetivo expor a situação atual, relativa à questão da terra, enfrentada pela maioria dos grupos guarani que vivem nos estados do sul. Com raras exceções, os Guarani vivem em terras que pertencem a outras etnias ou em terras públicas ou privadas, ao longo da faixa litorânea entre os estados do Rio Grande do Sul e Espírito Santo, na beira das rodovias e embaixo de pontes.

Esta situação é o resultado de políticas indigenistas dos governos do Estado do Rio Grande do Sul e da federação que não delimitaram terras aos Guarani, e estes foram colocados a viver em terras kaingang e xokleng. No Mato Grosso do Sul, muitos vivem em terras terenas e quase sempre convivem com diferentes etnias e/ou parcialidades.

Com a expropriação territorial enfrentada pelos Kaingang e pelos Xokleng ao longo do século XX, a degradação do meio ambiente, o aumento populacional, as políticas indigenistas equivocadas e a conseqüente situação de miséria generalizada nas áreas indígenas, esses grupos vêm pressionando os Guarani a saírem de suas terras.

Por outro lado, os Guarani, desde que passaram a viver em terras de outras etnias, estão submetidos a uma dupla dominação: de um lado, as políticas indigenistas procuram atender as etnias dominantes nas áreas indígenas e quase sempre os Guarani ficam excluídos dessas políticas; de outro lado, internamente, a etnia dominante sempre exerceu domínio sobre os seus inquilinos: tanto os Kaingang quanto os Xokleng têm exercido controle sobre os recursos oficiais que chegam até as comunidades. Apesar das alianças que os Guarani fizeram com os Kaingang através dos casamentos interétnicos, a situação de pressão não tem sido amenizada, seja porque as alianças não atingem todos os grupos, seja porque a precariedade das condições de vida são realmente alarmantes.

Neste artigo faremos uma breve exposição de como vários grupos guarani estão vivendo em condições quase limite para tentar garantir a sobrevivência física e cultural em áreas grandemente impactadas pela



presença de brancos (juruá). Em especial faremos uma exposição da situação dos Guarani do Tekohá Araçá'í, Santa Catarina, que lutam para retomar a sua própria terra nos municípios de Saudades e Cunha Porã.

1. Os Guarani na região sul: de etnia dominante a dominados e sem-terra

A presença guarani no sul do Brasil, no Uruguai, no norte da Argentina e sudeste do Paraguai, é estimada em mil anos antes da “descoberta” do Brasil. Apesar da diversidade dialetal entre as parcialidades, os Guarani compartilhavam a mesma língua, organização social, cultura material, simbólica e tecnológica.

Quando os primeiros europeus chegaram, tiveram de enfrentar a resistência desse povo que dominava o território que abrange terras transnacionais onde vivem ilhados em pequeníssimas áreas nos dias atuais, poucos em terra própria, a maioria em terras privadas, públicas ou pertencentes a outras etnias. As primeiras expropriações territoriais foram realizadas pelos jesuítas espanhóis, nas reduções, e pelas “encomiendas” implantadas em território guarani, quando grande parte dos Guarani foram transformados em escravos e trabalhadores nessas duas formas de instituições brancas. Na guerra guaraníca que foi o ponto culminante das disputas de terra entre espanhóis e portugueses, milhares de Guarani foram exterminados. Os sobreviventes ficaram dispersos em várias regiões, miscigenaram com os segmentos brancos e negros e diluíram-se física e culturalmente. Poucos grupos lograram manter-se em comunidades preservando o seu modo de ser e sua cultura. Parte dos Guarani que se refugiaram nas matas da Argentina, do Paraguai e do Brasil, deslocaram-se para a região leste do seu território, atravessando o rio Uruguai e contactando esses remanescentes dos Guarani pós-missionários no século XIX e XX.

As fontes históricas consideram que esses Guarani (“Kayguá” e “Montaraces”) que se mantiveram fora dos sistemas de redução jesuítica e “encomienda” nunca tiveram contacto direto com o sistema colonial implantado pelos europeus e eram, portanto, portadores da cultura guarani tradicional. Mesmo considerando que haja grupos que sofreram uma e/ou outra experiência colonial espanhola, é certo que esses grupos mantiveram, na medida do possível, intacto o sistema guarani original. Esses “Kayguá” ou “Montaraces” incluíam parcialidades mbya, chiripa-nhandeva e kaiowa que em virtude das pressões sobre seus territórios e para fugirem das guerras entre espanhóis e portugueses, atravessaram o rio Uruguai em movimentos orientados para o leste de seu território com a finalidade de chegarem ao litoral atlântico. Esses movimentos de fuga das pressões históricas de



conquista transformaram-se em movimentos messiânicos no século XIX e início do XX, e a direção leste tomada por dezenas de pequenos grupos era explicada pelos Guarani como a busca da Terra-sem-mal que ficaria no litoral atlântico. Nimuendaju foi o pesquisador que teve contato com vários grupos chiripá-nhandeva, ainda em processo de migração orientados pela perspectiva escatológica que colocava na busca da Terra-sem-Mal a esperança da salvação em face de um mundo prestes a ser destruído.

Com a formação e consolidação dos estados nacionais, os indígenas da região sul serão alvo de políticas de fixação em terras delimitadas e conseqüente liberação das terras para colonização em moldes capitalistas; seus ocupantes originais, os povos indígenas, serão retirados e suas terras cedidas a populações nacionais e estrangeiras.

Os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná reservaram áreas para concentrar os Kaingang e os Xokleng, mas vários grupos guarani não receberam áreas próprias. Considerados “integrados” ou “índios mansos”, os grupos guarani encontrados pelas frentes de ocupação nacional foram colocados em terras kaingang ou xokleng na condição de inquilinos. A comprovação de que os Guarani não foram beneficiados com a política de terras pode ser verificada nos relatórios do período provincial e republicano, onde apenas os Kaingang e os Xokleng aparecem contemplados pelas políticas do governo, os quais eram vistos como empecilhos ao “progresso” e ao avanço das frentes de expansão. Se nos séculos XVI e XVII eram os Guarani que guerreavam contra os dominadores europeus, agora, nos séculos XIX e XX, eram os Kaingang e os Xokleng que enfrentavam as caravanas de tropeiros ou os fazendeiros que se instalavam ao longo do Caminho das Tropas. Aos Guarani, que viviam ou dispersos em famílias nucleares em terras “devolutas” ou deslocando-se em direção ao leste, sempre fugindo dos locais dominados pelos brancos (juruá), o governo não concedeu terras, mas os colocou naquelas reservadas aos Kaingang e aos Xokleng. Observe-se que as poucas áreas específicas guarani estão em terras da Mata Atlântica onde não há remanescentes kaingang e xokleng, mas são terras privadas, públicas ou áreas de preservação ambiental.

Abandonados à própria sorte desde o início do período republicano, os Guarani se dispersaram em pequenos grupos errantes, sempre à procura da Terra-sem-Mal onde num espaço físico cada vez mais invadido pelos Juruá (branco), qualquer possível local de fixação se torna cada vez menos hospitaleiro e sem as condições materiais, ambientais e sociais adequadas para viverem seu modo de vida/teko. Não é por acaso que eles têm-se fixado ao longo da Mata Atlântica, a qual, além de constituir-se como parte de seu território ancestral, é a que ainda preserva as condições ambientais próximas à idealidade guarani.

As ocupações guarani se dão em dezenas de pontos espalhados em vários estados. A maior parte dos estudiosos têm-se dedicado à pesquisa de campo com grupos mbya que vivem no litoral atlântico e há poucos estudos sobre grupos de outras parcialidades que vivem no interior dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. No gráfico abaixo, vemos a situação em nosso estado.

ÁREAS INDÍGENAS GUARANI EM SANTA CATARINA

| Nº | Área Ind. | Sit. Juríd. | Ext. (ha) | Local | População | Etnia |
|----|--------------------|--|--------------------------|--------------------|--------------------------|---------------|
| 1 | Coqueiros | Sem provid. | - | Araquari | - | Mbyá |
| 2 | Cunha Porã | Sem provid. | - | Cunha Porã | - | Mbyá |
| 3 | Dionísio Cerqueira | Sem provid. | - | Dionísio Cerqueira | - | Mbyá |
| 4 | Espinheiro | Sem provid. | - | Itajaí | - | Mbyá |
| 5 | Figueira | Sem provid. | - | S. Fcisco do Sul | - | Mbyá |
| 6 | Gravatá | Sem provid. | - | Navegantes | - | Mbyá |
| 7 | Guabiruba | Sem provid. | - | Guabiruba | - | Mbyá |
| 8 | Guaraciaba | Sem provid. | - | Guaraciaba | - | Mbyá |
| 9 | Ibirama - La Klano | Identificada / Aprovada Funai. Sujeita a Contestação | 37.108 | Ibirama Itápolis | - | Nhandeva Mbyá |
| 10 | Itapocu | Sem provid. | - | Araquari | - | Mbyá |
| 11 | Itoupava | Sem provid. | - | José Boateux | - | Mbyá |
| 12 | Limeira | Sem provid. | - | Ipuçu | - | Mbyá |
| 13 | Linha Becker | Sem provid. | - | Itapiranga | - | Mbyá |
| 14 | Massambu | A identificar | 0 (ISA) 5,6 (Comin) | Palhoça | 56 Funai Curitiba: 98 | Mbyá |
| 15 | Mbiaguaçu | Identificada | 42 (Comin) 56 (ISA) | Biguaçu | 85 | Mbyá |
| 16 | Mono dos Cavalos | A identificar | 0 (ISA) 121,8 (Comin) | Palhoça | 78 Funai Curitiba: 98 | Mbyá |
| 17 | Reta | Sem provid. | - | S. Fcisco do Sul | - | Mbyá |
| 18 | Tapera | Homologada | 15.623 | Marema Xereré | - | Mbyá |

1: Sem provid. = Sem providência.

Fontes:

- Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000 / [Carlos Alberto Ricardo (editor)]. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.
- Diagnóstico da População Mbyá-Guarani no Sul do Brasil. Cadernos do COMIN 7.



2. Território e territorialidade guarani

Território guarani – Tetã ou Guará – é um espaço físico apropriado e transformado socialmente ao longo da história que remonta aos tempos imemoriais. O espaço físico do território guarani atravessa e extravasa as fronteiras desenhadas na história recente pelos conquistadores europeus. A sobreposição de nacionalidades exógenas – “brasileira”, “paraguaia”, “argentina” – à guarani só tem aumentado a confusão porquanto, do ponto de vista indígena, os deslocamentos se fizeram sempre dentro do território conhecido e reconhecido como sendo sua pátria. Desse modo, os Guarani possuem um território que abrange parte do Brasil, Paraguai e Argentina, e é dentro desse espaço físico que circulam e constroem seus *Tekohá*.

Território guarani/*Tetã* ou *Guará* pode ser pensado como o conjunto dos *Tekohá* que formam uma unidade sociológica. Esses *Tekohá* formam redes de sociabilidade mais ampla e seus membros compartilham uma identidade histórica e étnica.

Tekohá é a terra tradicional de um determinado grupo social ou família extensa/*Te'yi* que constitui unidade de produção e consumo. Ao *Tekohá* está associada a casa, as relações com seus parentes; é onde enterram seus mortos, onde rezam, onde radica a possibilidade de exercer o direito divino de fazer suas roças, onde caçam e pescam. Cada família extensa pode formar uma aldeia/*Tataypy Rupá* de modo que cada *Tekohá* pode ter mais de uma aldeia. O conjunto das famílias das aldeias forma uma unidade maior que é identificada como unidade religiosa e seu *nhanderú*. Ou seja, cada grupo local forma uma parentela que constitui unidade econômica (de produção e consumo) e o *Tekohá* pode ser formado por mais de uma família extensa que se organiza em aldeias/unidades econômicas que no conjunto formam o *Tekohá*/unidade religiosa.

O grau de consciência territorial pode ser mais ou menos específica. Entre os Paí-Kaiowá os limites naturais são bem definidos, enquanto para os Mbyá esses limites são difusos. (Almeida, 1985)

Terra guarani/*Tekohá* deve preencher alguns requisitos básicos, materiais, sociais e simbólicos. Deve possuir características ecológicas bem constantes, que sejam aptas ao cultivo do milho, mandioca, batata, feijão e abóbora. Deve ter uma estrutura tríplice em termos de espaço físico: um monte preservado onde possam caçar, pescar e coletar; faixas de terra fértil para fazer roças e cultivos; e finalmente um lugar onde possam construir suas habitações (*óy, óga*) em torno das quais possam plantar bananeiras, pés de târtaço, algodão e urucum. Estabelecem-se de preferência no meio da



mata, evitando a paisagem aberta dos campos. As aldeias não formam um conglomerado compacto de habitações, mas consistem em casas isoladas, mais ou menos distantes umas das outras, espalhando-se pelas clareiras abertas na floresta.

Terra guarani não se restringe à natureza e nem se define pelo seu valor exclusivamente produtivo. É onde podem viver segundo seus costumes e podem realizar “seu modo de ser”/*Tekó*. “O *Tekohá*, com toda a sua materialidade terrena, é sobretudo uma inter-relação de espaços culturais: econômicos, sociais, religiosos e políticos” (Melià, 1989:337).

3. Os Guarani de Araçá'í: a territorialidade guarani e a luta pela reconquista de sua Terra tradicional/*Tekohá*

Os Guarani, até recentemente inquilinos na terra kaingang de Nonoai, eram parte daqueles que viveram na Terra Indígena Araçá'í (municípios de Cunha Porã e Saudades-SC) entre 1901 e 1963. Resolveram, depois de 80 anos vivendo em terra kaingang, reconquistar o *Tekohá* Araçá'í, sua terra tradicional. Moreira Neto (1971: 396) analisa a política indigenista no sul do país, que concentra vários grupos da mesma etnia e etnias distintas, da seguinte forma:

“... intensifica-se a tendência a transformar Nonoai em centro de reunião de todos os grupos indígenas da área. É provável que data dessa época [1847-48] a introdução de grupos Guarani nesse aldeamento Kaingang, apesar das profundas diferenças culturais e lingüísticas e de que fossem já citados como inimigos tradicionais e rancorosos nas primeiras crônicas sobre a região, ao início do século XVI. Já vimos que prática idêntica era usada em alguns aldeamentos do Paraná, como Jataí e S. Pedro de Alcântara.”

Faltam dados para saber exatamente quando os Guarani foram colocados a viver na Terra Indígena Nonoai, mas o certo é que os Guarani de Araçá'í vieram do oeste de seu território (leste do Paraguai e norte da Argentina), fugindo da Guerra do Paraguai, atravessaram o rio Uruguai e se fixaram por algum tempo na região missioneira no Rio Grande do Sul. Mais tarde, parte do grupo permaneceu no Rio Grande do Sul e outra parte seguiu a direção norte e atravessou o rio Uruguai, entrou em Santa Catarina e fundou o *Tekohá* Araçá'í. Em 1901 uma família extensa constituída por quatro famílias nucleares, já tinha seu *Tekohá* entre os rios Araçá e Araçazinho (Araçá'í em Guarani).

Os primeiros anos, quando estabeleceram aldeia no rio Araçá, ainda



foram de certa instabilidade por causa de uma outra “guerra”, pois tiveram de fugir de novo para o mato e depois puderam novamente voltar e fundar uma nova aldeia às margens do rio Araçazinho. As primeiras pressões de brancos começaram no início dos anos 20, e em 1923 uma parte das famílias foi para Nonoai onde, segundo disseram, já tinham parentes vivendo. Outra parte permaneceu e resistiu até os anos 60.

As primeiras famílias de brancos/juruá chegaram espontaneamente a partir dos anos 20 nas proximidades do Tekohá Araça’í, mas a colonização sistemática e racional teve início em 1925. A Companhia Territorial Sul Brasil loteou a maior parte do oeste catarinense, incluindo as terras do Tekohá Araça’í, e vendeu-as para colonos nacionais e estrangeiros.

As pressões iniciaram nos anos 20, mas se intensificaram nos anos 40, com ameaças mais explícitas e violências concretas. Essas famílias acabaram por abandonar a sua terra tradicional/Tekohá mas permaneceram nos municípios próximos, Cunha Porã e Maravilha principalmente.

A expulsão das últimas famílias do Tekohá Araça’í deu-se em 1960 e 1963: espancamento de um Guarani, incêndio da casa de outro Guarani e ameaças com tiros por sobre o telhado das casas foram as formas utilizadas pelos pistoleiros para que as últimas três famílias guarani abandonassem Araça’í. Trata-se da família Ribeiro da Silva, que não abandonou a região e continuou vivendo do trabalho assalariado nas propriedades rurais dos municípios de Maravilha e Cunha Porã. Portanto, o Tekohá Araça’í foi expropriado e seus habitantes ficaram divididos em dois grupos: um foi viver nas aldeias Mbaraca Mirim e Passo Feio, na Terra Indígena Nonoai, e outro ficou disperso na zona rural dos municípios próximos à sua terra tradicional/Tekohá.

Entretanto, a partir da nova constituição e dos direitos conquistados, os Kaingang do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina passaram a lutar pela reconquista das terras expropriadas no passado. Os Kaingang de Nonoai reivindicaram as terras expropriadas pelo Estado em 1962 e também as ocupadas pelos Guarani das aldeias de Mbaraca Mirim e Passo Feio. Apesar da aliança estabelecida entre famílias kaingang e guarani, através dos casamentos interétnicos, os Kaingang consideraram essa ação necessária porque o aumento da população e o desgaste da terra exigia a ampliação de áreas de cultivo e habitação. Aos Guarani restou uma saída: lutarem, como os Kaingang, pelas terras perdidas no passado, as terras do Tekohá Araça’í. Em 1998 fizeram uma reunião, elaboraram um documento com a lista de 21 famílias pertencentes à comunidade reivindicante, e o encaminharam à administração regional da FUNAI.



A pesquisa sobre a territorialidade guarani do Tekohá Araça’í não apenas deixou bastante claro que, para o Estado, os Guarani foram privados do seu direito à sua terra, como também mostrou que se trata de um pensamento e prática da sociedade regional em geral. Aceita-se que os Kaingang e os Xokleng eram povos que viviam na região sul e que têm direito à terra, mas aos Guarani há uma forte resistência em relação a esse mesmo direito. A ideologia do Estado foi-se disseminando por toda a sociedade, mesmo para aqueles segmentos nacionais e estrangeiros que tiveram contato com o grupo ainda vivendo no Tekohá Araça’í. A explicação não justifica a discriminação com os Guarani, que foram excluídos das preocupações oficiais por terem sido considerados “aculturados” e “integrados” à sociedade nacional. Aos Kaingang e Xokleng, porque eram resistentes ao contato, ser-lhes-iam reservadas terras até que fossem “civilizados”, acreditando-se que brevemente seriam emancipados da tutela do Estado. Os Guarani, como lembrou Moreira Neto, foram utilizados como mediadores desse processo civilizatório e colocados a viver junto aos Kaingang, no Paraná e no Rio Grande do Sul.

A história brasileira percorreu cinco séculos e as etnografias mais recentes mostram que os Guarani, assim como outras etnias indígenas, apesar de todas as políticas integracionistas e imposição do modelo capitalista, transformaram-se profundamente, adotaram novos padrões de subsistência, modernizaram-se em muitos aspectos materiais e mesmo simbólicos, mas continuaram mantendo sua própria organização social e produzindo e reproduzindo seus próprios códigos culturais.

Melià (1989: 294) explica o sentido da mobilidade atual dos grupos guarani, da seguinte forma:

“A migração como história e como projeto, constitui um traço característico dos guarani, embora muitos de seus grupos tenham permanecido por séculos num mesmo território e nunca tenham realizado uma migração efetiva. (...) A busca da “Terra-sem-Mal” e de uma “terra nova” estrutura marcam seu pensamento e suas vivências; a “Terra-sem-Mal” é a síntese histórica e prática de uma economia vivida profeticamente e de uma profecia realista, com os pés no chão. Animicamente, o guarani é um povo em êxodo, embora não desenraizado, pois a terra que procura é a que lhe servirá de base ecológica, amanhã como em tempos passados. Durante os últimos 1500 anos - período em que as tribos guarani podem se considerar formadas com suas características próprias - os guarani se mostraram fiéis à sua ecologia tradicional, não por inércia, mas pelo trabalho ativo que supõe a recriação e a busca das condições



ambientais mais adequadas para o desenvolvimento de seu modo de ser. A tradição neste caso é profecia viva. A busca da "Terra-sem-Mal", como estrutura do modo de pensar do guarani, dá forma ao dinamismo econômico e à vivência religiosa, que lhe são tão próprios."

Sobre as mudanças ocorridas na cultura guarani como resultado do contato com os Juruá, podemos nos apoiar em Schaden (1982: 02) que nos explica:

"Muitas mudanças que se observam no sistema religioso datam do tempo das Reduções, outras se devem a influências de época mais ou menos recente. De modo geral, a cultura guarani revela grande resistência aos efeitos das diferentes situações de contato. Sobretudo o caráter fundamental da religião se mostra particularmente imune ao contato com representantes do mundo cristão. Por muito tempo, aliás, a adoção de elementos do cristianismo não decorre de um real confronto de dois sistemas religiosos, mas reflete uma estratégia para melhor conservar as crenças e os valores tradicionais. É uma forma de conceder para não ceder."

Os Guarani que foram para a T.I. Nonoai fundaram as aldeias Mbaraca Mirim e Passo Feio e lá viveram até o ano 2000 quando resolveram entrar numa área de mata dentro da sua terra tradicional. Lá permaneceram até que se formasse um grupo técnico para realizar os estudos antropológicos e fundiários. Foram despejados por ordem judicial que deferiu o pedido de reintegração de posse da família que adquiriu da Companhia Territorial Sul Brasil parte das terras do Tekohá Araça'í. A polícia federal reconduziu as famílias para a T.I. Nonoai, acampando-as no interior de uma mata próximo à aldeia-sede. Esperançosos, aguardam os próximos passos do processo de reconhecimento de sua terra tradicional.

Considerações finais

Mesmo com o conhecimento acadêmico acumulado sobre os territórios guarani que se estendiam do leste do Paraguai e norte da Argentina até o sul no Brasil, os Guarani não têm conseguido garantir as áreas que ocupam atualmente. A sociedade nacional e suas instituições, que direta e indiretamente têm responsabilidade sobre a questão de terras e direitos indígenas, têm resistido ou têm tido dificuldades para reconhecer a territorialidade guarani.

As diferentes alegações utilizadas para o não-reconhecimento das



terras guarani vão desde aquelas que consideram as áreas guarani como de preservação ambiental, como é o caso das que se localizam na Mata Atlântica, até as que afirmam que as terras nunca foram dos Guarani ou que os que lá viveram nos séculos passados não seriam ancestrais dos grupos atuais. Ora, é sabido e comprovado histórica e arqueologicamente que o território guarani era o mesmo há 1500 AP (Antes do Presente), ou mais.

Os Guarani de Araça'í, que tinham seus tekohá no oeste catarinense e hoje reivindicam sua terra de volta, vêm sofrendo uma oposição dos governos estadual e municipais (Cunha Porã e Saudades), de vereadores, deputados, senadores e dos colonos desses municípios. Trata-se de uma posição que se repete em todas as regiões habitadas pelos Guarani e que, historicamente, acontece desde que os jesuítas espanhóis e portugueses fundaram em suas terras o sistema de Reduções.

Os Kaingang e os Xokleng têm conseguido nos últimos dez anos a devolução de boa parte das terras expropriadas ao longo do século XX. O mesmo não acontece com os Guarani. Isso pode estar relacionado ao fato de os Guarani procurarem locais ainda florestados (Mata Atlântica) e de até mesmo os ambientalistas se posicionarem contra a presença indígena nas florestas, considerando-a inconveniente, sem levar em consideração que toda a faixa atlântica é território guarani desde tempos imemoriais. Recentemente temos observado uma maior movimentação dos Guarani no sentido de demarcar suas áreas, principalmente aquelas situadas ao longo da faixa litorânea.

É urgente que se faça um diagnóstico sobre a situação das terras guarani fora de todas as parciaisidades e, ainda, que se integrem as áreas guarani no Brasil com as demais existentes no Paraguai, Argentina e Uruguai. Assim se terá o conhecimento da realidade na sua totalidade e, a partir daí, se deverá desenvolver uma política conjunta para a definição e solução da questão fundiária guarani, respeitando a sua territorialidade

Bibliografia

ALMEIDA, Rubem F. T. de. Relatório sobre a situação dos Guarani-Mbyá do Rio Grande do Sul: a questão das terras. Brasília, DF: GT FUNAI - Portaria 1852-E de 11/04/1985.

ASTRAIN, Antonio S. I. Jesuítas, Guaraníes y Encomenderos - História de la Compania de Jesus en el Paraguay. Assunción, Paraguai: CEPAG, 1995.



BRANCHER, Ana. História de Santa Catarina - Estudos Contemporâneos. Florianópolis: Livraria e Editora Obras Jurídicas Ltda, 1999.

BROCHADO, José Proenza. O Guarani: o conquistador vencido. In: O Índio no Rio Grande do Sul. Aspectos arqueológicos, históricos, etnográficos e étnicos. Porto Alegre-RS: Governo do Estado, 1975. p. 71-95.

CADOGAN, Léon. Como interpretan los Chiripá (Avá Guarani) la danza ritual. Revista de Antropologia, vol. 7, n. 1 e 2. São Paulo: junho e dezembro de 1959.

GARLET, Ivori e ASSIS, Valéria S. de. Diagnóstico da população Mbyá-Guarani no sul do Brasil. In: Cadernos do COMIN, n. 7. São Leopoldo-RS: dezembro de 1998.

KRINDGES, Nanci L. Experiências e relações sociais: uma análise do cotidiano de homens e mulheres em Cunha Porã - 1930-1945. Chapecó-SC: UNOESC, 1999. Trabalho de conclusão do curso de História.

LADEIRA, M. L. O caminhar sob a luz: o território Mbyá-Guarani à beira do oceano. São Paulo: PUC, 1992. Dissertação de mestrado.

MELIÀ, B. Aspectos da cultura guarani. Porto Alegre: 1977. (mimeo)

_____. A experiência religiosa guarani. In: O rosto índio de Deus. Tomo 1. Série VII. Desafios da Religião. São Paulo: Vozes, 1989. Tradução: Jaime A. Classem. p. 293-347.

_____. A Terra Sem Mal dos Guarani. In: Revista de Antropologia. vol. 33, São Paulo: USP, 1990. p. 33-46.

MOREIRA NETO, Carlos de A. Alguns dados para a história recente dos índios Kaingang. In: La situación del indígena en América del Sur. Montevideo: Biblioteca Científica, 1971. p. 395-407.

NIMUENDAJU, Curt. As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani. São Paulo: HUCITEC/ EDUSP, 1987.

PIAZZA, Walter F. A colonização de Santa Catarina. Florianópolis-SC: Banco regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, 1982.

RICARDO, Carlos Alberto (editor). Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ERUS/ Martins Livreiro Editor, 1987. Tradução: Adroaldo Mesquita da Costa.



SCHADEN, Egon. Aspectos fundamentais da cultura guarani. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

_____. A religião guarani e o cristianismo - Contribuição ao estudo de um processo histórico de comunicação intercultural. In: Revista de Antropologia. vol. 25. São Paulo: USP, 1982. p. 01-24.

SEVERAL, Rejane da Silveira. A Guerra Guarânica. Porto Alegre-RS: Martins Livreiro Editor, 1995.

SIMON, Mário. Os Sete Povos das Missões: Trágica Experiência. 3ª. Ed. revista e ampliada. Porto Alegre-RS: Martins Livreiro Editor, 1993.

VENZON, Rodrigo. Os Guarani missioneiros: incorporação e sobrevivência. In: PETI/ANAÍ-RS. Expropriação e luta: as terras indígenas no Rio Grande do Sul. 1ª e 2ª Versão. Rio De Janeiro: PETI - PPGAS/Museu Nacional/UFRJ: 1990/93. p. 118-121 e 169-172.

WERLANG, Alceu Antonio. A colonização às margens do rio Uruguai no extremo oeste catarinense: atuação da Cia. Territorial Sul Brasil - 1925 a 1954. Florianópolis: UFSC, 1992. Dissertação de Mestrado.

Endereço do Autora:

a/c da Redação: ITESC - Cx. 5041
88040-970 FLORIANÓPOLIS SC